

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003205-49.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Alexandra Ananias**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

ALEXANDRA ANANIAS ajuizou Ação **DE COBRANÇA DA DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT** em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, todos devidamente qualificados.

Aduz ao autora, em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 31/10/2014. Sofreu lesões de natureza **grave** que resultaram sua invalidez permanente. A requerida efetuou o pagamento de R\$ 4.725,00. Pediu a procedência da ação e a condenação da ré ao pagamento da diferença com o teto de R\$ 13.500,00.

Juntou documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa. Preliminarmente disse que a autora não apresentou com a inicial seu comprovante de endereço. Ainda em sede de preliminar, alegou ser imprescindível a retificação do pólo passivo. No mérito, sustentou que a autora não comprovou o direito que persegue via do presente procedimento. Ponderou

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que o dinheiro já entregue à autora (R\$ 4.725,00) é o devido. No mais, requereu prova pericial e culminou por pedir a total improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 185 e ss.

Designada perícia o laudo foi encartado a fls. 222 e ss.

A Seguradora manifestou-se em relação ao laudo a fls. 222/226 e a requerente a fls. 236/245.

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A princípio, cabe consignar a desnecessidade de substituição do polo passivo da demanda (a ser integrado pela “Seguradora Lider dos Consórcios”), como quer fazer crer a requerida, já que a indenização do seguro DPVAT pode ser cobrada de qualquer seguradora do “grupo”, em razão da solidariedade que há entre elas.

Nesse sentido, recente acórdão do TJSP, julgado em 19/06/2012, da relatoria da Des.Berenice Marcondes César:

Ementa: AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO/DPVAT INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminares: ilegitimidade passiva ad causam inocorrência todas as seguradoras conveniadas ao seguro DPVAT



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

têm legitimidade para figurar em ação que se pretenda a cobrança ou a complementação da indenização securitária. (...) (Apelação nº 0010276-22.2011.8.26.0482 – com destaque meu).

A preliminar de fls. 43 sustentando que o comprovante de residência juntado com a portal não está no nome da autora e a preliminar de divergência de assinatura (fls. 44) lançada pela autora na procuração que não confere com a assinatura lançada na CNH não merecem prosperar, pois totalmente inconsistentes.

O art. 105 do NCPC não dispõe sobre a necessidade de reconhecimento da firma do mandatário no mandato ad judicia.

Outrossim, eventual falsidade deveria ter sido sustentada através de incidente, o que não se deu no presente caso, motivo pelo qual ficam rechaçadas referidas "preliminares".

No mais, a autora se envolveu em acidente automobilístico no dia 31/10/2014. .

O artigo 3º, inciso "II" da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em "até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**" (*in verbis*).

Tem ela **aplicação *in casu***, uma vez que o acidente se deu conforme já dito, em 31/10/2014, ou seja, durante a sua vigência.

O parecer médico de fls. 222/226 revela que há dano



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

corporal permanente, devido à lesão consolidada, com nexo de causalidade procedente entre a sequela e o acidente e há **invalidez permanente parcial** e incompleta, com repercussão caracterizada de acordo com o disposto na lei do DPVAT. O dano foi estimado em **18,75%**

Como no caso – a própria inicial admite – já foram pagos à autora R\$ 4.725,00, não tem ela qualquer direito à complementação, uma vez que 18,755% (equacionados pelo perito) de R\$ 13.500,00 equivalem a R\$ 2.531,25. Ou seja, a autora recebeu valor superior ao que foi apurado na perícia.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial e condeno a autora no pagamento das custas e despesas do processo, além de honorários advocatícios que fixo em R\$ 937,00, observado o disposto no parágrafo 3º, do art. 98, do CPC.

Oportunamente, averbe-se a extinção e arquivem-se de modo imediato.

Publique-se e intmem-se.

São Carlos, 15 de março de 2017.

1003205-49.2015.8.26.0566 - lauda 4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**